

BOLETIM ESPECIAL

Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia e do Brasil:
Uma análise comparativa nos anos de 2014 a 2017

Nº 1

Julho de 2018

CEPES

Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia e do Brasil: Uma análise comparativa nos anos de 2014 a 2017

Graciele de Fátima Sousa¹
Pedro Henrique Martins Prado²
Sarah Tavares Corrêa Cunha³

RESUMO

Este trabalho analisa os índices de preços ao consumidor de Uberlândia e do Brasil, a fim de verificar se a dinâmica de preços no município de Uberlândia é similar à dinâmica registrada na economia brasileira. A análise envolve os dados do Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia (IPC-CEPES) e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para o período de janeiro de 2014 e dezembro de 2017, desagregando os índices por grupos. Os resultados mostram que, de maneira geral, o comportamento do IPC-CEPES é afim com a trajetória apresentada pelo INPC nos anos selecionados.

Palavras-chave: Inflação; IPC-CEPES; INPC; Níveis de Preços

ABSTRACT

This paper analyzes the consumer price indices of Uberlândia and Brazil, in order to verify whether the dynamics of prices in the municipality of Uberlândia is similar to the Brazilian one. The analysis involves data of Consumer Price Index of Uberlândia (IPC-CEPES) and National Consumer Price Index (INPC) for the period between January/2014 and December/2017, disaggregating the indices for groups. The results show that, in general, the behavior of the IPC-CEPES is similar to INPC trajectory presented in the selected years.

Keywords: Inflation; IPC-CEPES; INPC; Price Level

JEL Classification: B10; B22; E31

¹ Economista/Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas Econômico-Sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

² Economista/Pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas Econômico-Sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

³ Economista/Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas Econômico-Sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

INTRODUÇÃO

As variações gerais do nível de preços da economia têm sido uma das temáticas mais discutidas na literatura teórico-empírica nacional e internacional. A compreensão do processo inflacionário, bem como suas causas e consequências, dispõe de diversas teorias que contribuem para explicar o comportamento desse fenômeno.

É preciso ter em mente que inflação é um processo de aumento persistente dos preços em geral, ou seja, envolve aumentos contínuos e não esporádicos de preços, além de aumentos generalizados e não isolados.

A causa da inflação é debatida pelos teóricos e de acordo com alguns estudos a “inflação pode ser causada por excesso de demanda, por problemas de elevação de custos, ou, [...] por problemas de natureza estrutural [...] e no capitalismo moderno a inflação ganha novo componente [...] chamado de inercial”.⁴ Além disso, também se discute quais os “remédios” para combater a (hiper) inflação em uma economia.

O Brasil vivenciou um período de altas taxas inflacionárias na década de 1980, concomitantemente com uma estagnação econômica. Nesse período o país passou por diversos planos que tentaram a estabilização econômica (a saber: Cruzado I, Cruzado II, Bresser, Verão, Collor I e Collor II), conseguindo realizar o controle inflacionário com o Plano Real (1994). Destaca-se que cada plano apresentou um diagnóstico da causa inflacionária, bem como qual o prognóstico a ser adotado com base nas discussões teórico-empíricas. E, na realidade, o comportamento inflacionário do Brasil no período não poderia ser explicado somente por uma teoria específica e isoladamente, e sim, por uma complementação entre elas.⁵

Nessa perspectiva, é relevante conhecer os principais modelos teóricos acerca da inflação. O primeiro capítulo deste trabalho apresenta um conjunto de perspectivas teóricas que estiveram no centro dos debates ao longo dos anos. Isso permite entender os diferentes argumentos e como eles podem contribuir para uma melhor compreensão e análise das variações gerais do nível de preços da economia brasileira e de Uberlândia.

⁴ NAKANO, Y.; PEREIRA, L. C. B. Efeitos do plano de estabilização econômica do governo sobre o ensino e a prática da administração: primeira sessão. **Revista de Administração de Empresas**. 1986, v. 26, n.3, p.7-17.

⁵ Cf. A Inflação e suas explicações. Disponível em: <http://www2.unijui.edu.br/~castoldi/admin/Texto_8.pdf>. Acesso em: jun.2018.

O objetivo central do trabalho é analisar o Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia (IPC-CEPES) entre 2014-2017, averiguando se o comportamento dos preços no município apresenta uma dinâmica semelhante à verificada na economia nacional (com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC). Assim, o segundo capítulo, que compreende o núcleo central do trabalho, analisa os índices de preços ao consumidor nacional e de Uberlândia, apresentando e comparando a evolução dos índices no período, bem como os principais impactos e variações dos produtos que contribuíram para o resultado de cada ano.

1 REVISÃO DE MODELOS TEÓRICOS ACERCA DA INFLAÇÃO

O fenômeno inflacionário é discutido há alguns séculos por diversos autores e a partir de diferentes interpretações. O presente capítulo apresenta, nas cinco primeiras seções, um conjunto de perspectivas teóricas que estão no centro dos debates ao longo dos anos. Ao final, é realizado um breve levantamento de análises empíricas sobre a inflação nos municípios brasileiros, destacando esforços e possibilidades para Uberlândia.

1.1 Teoria Quantitativa da Moeda

A teoria macroeconômica clássica, dominante até a década de 1930, tinha como uma de suas bases a separação entre variáveis reais e nominais. Numerosos economistas contribuíram para o desenvolvimento da chamada Teoria Quantitativa da Moeda (TQM), que permite examinar os determinantes das variáveis nominais da economia.

A maioria das proposições basilares da interpretação foi elaborada em 1752 no clássico ensaio *Of Money* de Hume.⁶ Duas versões importantes podem ser identificadas na literatura.⁷ A mais famosa é a versão das transações, elaborada por Newcomb-Fischer, que estabelece uma identidade entre o valor total dos bens e serviços transacionados e o valor total de pagamentos em moeda realizados. A equação de troca descrita, obtida pela soma das equações de todas as trocas individuais, pode ser escrita como:

$$MV = PY \quad (1)$$

em que M é a quantidade de moeda em circulação na economia; V é a velocidade de circulação da moeda, isto é, a média do número de vezes que uma unidade monetária é usada em transações finais; P é o nível de preços; e Y é o produto real da economia. Deste modo, MV representa o total de pagamentos monetários realizados no sistema econômico e PY corresponde ao valor nominal total dos bens e serviços transacionados.

⁶ HUME, D. **Political Discourses**. A. Kincaid & A. Donaldson, 1752.

⁷ Para uma análise mais detalhada, cf. LAIDLER, D. E. W. **The Golden Age of the Quantity Theory: The Development of Neoclassical Monetary Economics 1870-1914**. Philip Allan, 1991.

A velocidade de circulação da moeda é fruto das instituições e hábitos que determinam a frequência com que as transações são realizadas pelos agentes e, conseqüentemente, se altera lentamente ao longo do tempo. Por outro lado, o produto real é determinado por fatores reais da economia. Logo, V e Y não são alterados por flutuações monetárias e podem ser considerados constantes, de modo que o nível de preços pode ser descrito como:

$$P = \frac{V}{Y}M \quad (2)$$

Inalteradas as quantidade de transações realizadas com cada moeda e de bens transacionados, cada troca será realizada com uma quantidade maior de moedas ou, de outro modo, por um valor nominal maior. Assim, o nível de preços é uma função da quantidade de moeda e a inflação depende das variações das condições monetárias.

Na versão dos saldos monetários, desenvolvida por Marshall-Pigou, a demanda por moeda é determinada pela necessidade dos agentes de transacionar. A quantidade de moeda que desejam reter possui uma relação positiva com o valor monetário das despesas:

$$M^d = kPY \quad (3)$$

em que M^d é a quantidade desejada de moeda; e k , conhecida como constante marshalliana, é a fração da renda nominal que os agentes desejam reter.

No equilíbrio, demanda por moeda e oferta de moeda, determinada pela autoridade monetária, devem ser iguais. Logo, a condição de equilíbrio é dada por:

$$M = kPY \quad (4)$$

Quando a oferta monetária é ampliada, o equilíbrio do mercado monetário apenas é restaurado por elevações no nível de preços, já que a fração da renda que os agentes desejam reter não se altera por causa de variações da oferta monetária. Neste caso, os preços sobem porque os agentes estão com mais dinheiro retido que a quantidade desejada, de forma que o excesso monetário é usado nas transações. Como Y não se altera, a demanda excedente leva a ampliações nos preços dos bens e serviços.

É possível flexibilizar a suposição de k , V e Y constantes, de maneira que ambos os modelos levam à seguinte conclusão: aumentos do estoque de moeda superior

àquele determinado pelo crescimento da renda real implicam em ampliação do nível de preços.

1.2 Curva de Phillips

A partir da década de 1920, a interpretação econômica clássica passa a ser contestada. A teorização de Keynes questiona a efetividade das forças de mercado gerarem, sozinhas, um equilíbrio estável de pleno emprego. Sua análise apontava a necessidade da atuação estatal para garantir elevados níveis de emprego e renda, visto que o sistema econômico é instável. As interpretações de sua contribuição são heterogêneas, enquanto a literatura inspirada por seu trabalho é vasta e passa a dominar a academia e a política ao longo dos anos.

Na esteira da revolução keynesiana, o estudo de Phillips em 1958 trouxe um novo olhar sobre o fenômeno inflacionário.⁸ O autor investigou empiricamente a relação entre a taxa de variação de salários nominais e a taxa de desemprego entre 1861-1957 e concluiu que existia uma relação estável, não linear e inversa entre as variáveis, ou seja, redução da inflação dos salários acompanhava ampliações da taxa desemprego. Seu trabalho pioneiro encadeou uma ampla investigação acerca da relação entre inflação e desemprego. Além disso, o debate econômico sobre a existência ou não de um *trade-off* entre inflação e desemprego ganhou destaque.

Uma representação matemática linear para a curva de Phillips original é dada por:

$$\pi = a - \lambda u \quad (5)$$

em que π é a taxa de inflação; e u é a taxa de desemprego. Como revela a expressão, menores taxas de desemprego são acompanhadas por maiores taxas de inflação. Em vista disso, a política econômica poderia ser conduzida a fim de garantir menor desemprego ao custo de uma inflação mais elevada, restando o dilema político de qual a combinação de inflação e desemprego ideal.

⁸ PHILLIPS, A. W. The relation between unemployment and the rate of change of money wage rates in the United Kingdom, 1861-1957. **Economica**, v. 25, n. 100, p. 283-299, 1958.

1.3 Curva de Phillips Aceleracionista

A relação entre inflação e desemprego, descrita na seção 1.2, encontrou inicialmente um vasto suporte empírico. Todavia, o fim do regime cambial de Bretton Woods e o primeiro choque do petróleo tornaram a década de 1970 marcada pelo aumento simultâneo da inflação e do desemprego. A Curva de Phillips perdera aderência com a realidade, dada sua incapacidade de explicar esse fenômeno conhecido como “estagflação”.

O questionamento teórico à utilização do *trade-off* entre desemprego e inflação como instrumento de política econômica precede essa crise. Um novo entendimento passou a se formar no fim da década de 1960 a partir dos trabalhos de Friedman e Phelps.⁹ Friedman indica que a formulação da relação entre a variação dos salários nominais e a taxa de desemprego, baseada nos resultados obtidos por Phillips, ignora que empregadores e empregados estão interessados nos salários reais. Como os contratos de trabalho são acordados para vigorar durante certo período de tempo, as negociações são realizadas com base no salário real antecipado (esperado), de modo que os salários nominais são afetados pela taxa de inflação esperada.

Além disso, a interpretação do autor adiciona à análise o conceito de taxa de desemprego natural, entendido como a taxa que vigora quando os salários reais tendem a crescer a uma taxa compatível com a formação de capital, os avanços tecnológicos, etc. Essa taxa natural de desemprego não é imutável, uma vez que depende das instituições e características do sistema econômico. Taxas de desemprego correntes inferiores à natural indicam excesso de demanda e geram uma pressão para ampliações dos salários reais.

Inicialmente, os agentes esperam uma determinada taxa de inflação e, a partir dela, negociam salários nominais. Assim, uma política monetária expansionista amplia a demanda e as vendas. Como salários já foram negociados, o empregador passa a produzir e empregar mais. Com o passar do tempo, os preços sobem e, por conseguinte, os salários reais recebidos se tornam inferiores ao nível esperado. A diferença entre o nível salarial real esperado e o que efetivamente será pago reduz

⁹ Cf. FRIEDMAN, M. The Role of Monetary Policy. **American Economic Review**, v. 58, n.1, p. 1-17, mar. 1968; PHELPS, E. S. Phillips Curves, Expectations of Inflation and Optimal Unemployment Over Time. **Economica**, v. 34, n. 135, p. 254-281, ago. 1967; e Idem. Money-Wage Dynamics and Labor-Market Equilibrium. **Journal of Political Economy**, v. 76, n. 4, p. 678-711, jul./ago. 1968.

temporariamente o desemprego. Nos períodos seguintes, após reconhecerem que os salários negociados anteriormente são incapazes de promover o nível de consumo esperado, os trabalhadores negociam níveis salariais nominais mais elevados devido a uma inflação esperada maior. Desta maneira, os salários reais retornam para o nível inicial e a taxa de desemprego para a natural.

Portanto, a inflação apresenta uma relação estreita com o desemprego e com as expectativas de inflação. Matematicamente, a relação pode ser descrita como:

$$\pi_t = \pi^e - \lambda(u_t - u_n) \quad (6)$$

em que π_t é a taxa inflação no período t ; π^e é a taxa de inflação esperada; u_t é a taxa de desemprego no período; e u_n é a taxa natural de desemprego. Logo, a interpretação implica que em vez de uma única curva de Phillips, existe um conjunto de curva, cada qual associada a uma taxa de inflação esperada diferente.

Se a expectativa de inflação nunca se alterasse, o conjunto de curvas se resumiria a uma única equação, na qual a relação entre inflação e desemprego é consistente e constante ao longo do tempo, em linha com o formato original da Curva de Phillips. Porém, a suposição de que os agentes permaneceriam esperando sempre a mesma taxa de inflação, apesar de um longo período com taxas de inflação consistentemente maiores, é razoavelmente forte.

Na interpretação de Friedman, como visto anteriormente, as expectativas se ajustam ao longo do tempo em resposta a valores inesperados para a inflação. Por simplicidade, é possível reescrever a equação (6) assumindo que a inflação esperada é a inflação que ocorreu no período anterior:

$$\pi_t = \pi_{t-1} - \lambda(u_t - u_n) \quad (7)$$

Esta expressão implica que uma política para gerar uma taxa de desemprego abaixo da natural leva a uma maior taxa de inflação no período corrente. No próximo período, a inflação esperada é maior e, conseqüentemente, a taxa de inflação será maior mesmo se a taxa de desemprego for a natural. De outra forma, só é possível reduzir a taxa de desemprego com uma política monetária expansionista temporariamente durante o período de ilusão monetária, enquanto o efeito sobre a inflação perdura ao longo do tempo. A manutenção da taxa de desemprego abaixo do nível natural exige a permanente subestimação da inflação futura, ou seja, a taxa de

crescimento do estoque de moeda e a inflação deveriam ser cada vez maiores. Logo, a interpretação leva uma visão aceleracionista da Curva de Phillips, uma vez que uma política prolongada de manutenção do desemprego abaixo do nível natural causa, em contrapartida, a aceleração da inflação.

Deste modo, o *trade-off* entre inflação e desemprego é temporário e, no longo prazo, a Curva de Phillips se torna vertical no nível de desemprego natural. Políticas expansionistas, portanto, podem levar a reduções do desemprego com o custo de mais inflação, mas, após o mercado se ajustar, o desemprego retorna ao nível natural e a inflação se estabelece e permanece em um patamar mais elevado.

Estes resultados implicam que a política monetária é incapaz de alterar definitivamente a situação econômica, de modo que Friedman afirma que a autoridade monetária contribuiria mais se buscasse promover a estabilidade econômica. Na prática, como os níveis naturais de juros e desemprego são desconhecidos, a atuação sugerida é a adoção de uma regra que consistia no uso de metas públicas e claras para o crescimento dos agregados monetários.

1.4 Crítica de Lucas

A interpretação apresentada na seção 1.3 ficou conhecida como “monetarista” e inspirou outro grupo de economistas a avançar na análise crítica à tradição keynesiana. O conjunto de autores resgatou o conceito de equilíbrio de mercado e outros aspectos da teorização clássica, de forma que conjuntamente ficaram conhecidos como escola novo-clássica.

Um de seus principais aspectos é a crítica à incapacidade da interpretação keynesiana de explorar as implicações de expectativas endogenamente formuladas no comportamento dos agentes econômicos. Como resposta, os autores incorporaram na análise macroeconômica a hipótese de expectativas racionais, tarefa que contou com a decisiva contribuição de Robert Lucas.¹⁰ Tal hipótese apregoa que os agentes econômicos formulam suas previsões acerca dos valores futuros das variáveis

¹⁰ Cf. LUCAS, R. E. Expectations and the Neutrality of Money. **Journal of Economic Theory**, v. 4, n. 2, p. 103-124, abr. 1972; e Idem. Some international evidence on output-inflation tradeoffs. **American Economic Review**, v. 63, n. 3, p. 326-334, 1973.

econômicas a partir do melhor uso possível das informações publicamente disponíveis sobre os fatores que acreditam determiná-las.¹¹

A análise de Lucas salienta o papel da estrutura de informações disponíveis aos produtores na determinação dos resultados no sistema econômico. Ao experimentar uma ampliação do preço de mercado atual de seu produto, uma empresa interpreta se a mudança no preço reflete uma mudança de preço relativa ou absoluta, isto é, uma mudança real na demanda em relação a seu produto ou apenas um aumento nominal na demanda em todos os mercados. Quando o preço de seu produto aumenta mais que a inflação esperada, ela interpreta que a diferença é uma variação de seu preço relativo e, conseqüentemente, amplia sua produção. Assim, um nível de preços maior do que o esperado surpreende os agentes, que confundem o aumento do nível de preços com ampliação de seu preço relativo, resultando em um aumento na oferta de produto e emprego. Por outro lado, na ausência de surpresas de preço, a produção estará no seu nível natural, de modo que a função de oferta “surpresa” de Lucas pode ser escrita como:

$$Y_t = Y_{Nt} + \alpha [P_t - E(P_t | \Omega_{t-1})] + v_t \quad (8)$$

em que Y é o produto em t ; Y_N é o nível natural de produto no período t ; P é o nível de preços em t ; $E(P_t | \Omega_{t-1})$ é o nível de preços esperados para t com base nas informações disponíveis no período anterior; e v_t é um processo de erro aleatório, que pode representar um conjunto de choques na economia.

Vale ressaltar que a ilusão monetária, que causa um desvio do produto de seu nível natural, não pode ser permanente, pois mudanças de política altera o comportamento dos agentes. Após ser surpreendido por uma inflação maior que a esperada, resultante da busca por um nível de produção maior, os agentes internalizam o comportamento do *policymaker* no seu conjunto de informações utilizado na formulação de expectativas.

Uma reorganização da equação (8), considerando a relação entre emprego e produção, leva à seguinte expressão para a Curva de Phillips com expectativas racionais:

$$\pi_t = E(\pi_t | \Omega_{t-1}) - \lambda(u_t - u_{Nt}) + \varepsilon_t \quad (9)$$

¹¹ SNOWDON, B.; VANE, H. R. **Modern macroeconomics**: its origins, development and current state. Edward Elgar Publishing, 2005, p. 226.

em que u_t é a taxa de desemprego no período t ; u_{Nt} é a taxa de desemprego natural no período t ; e ε_t é um termo de erro. A equação que a inflação pode acelerar mesmo com estagnação da atividade econômica (estagflação). Deste modo, a política monetária deveria se concentrar na estabilidade de preços, já que uma política de curto prazo de ilusão monetária é inconsistente com objetivos futuros. Adicionalmente, uma política crível poderia influenciar a formulação de expectativas e, por conseguinte, obter melhores resultados econômicos.

1.5 Interpretação Novo-Keynesiana

Ao longo da década de 1980, avança um esforço de elaboração de um retorno ao keynesianismo, eliminando a ideia de contínuo equilíbrio de mercado dos modelos novo-clássicos e as inconsistências do antigo modelo keynesiano. A principal mudança de interpretação em relação às discussões da seção 1.2 é a análise de preços e salários, por intermédio de modelos microfundamentados para explicar a lentidão nos ajustamentos da economia. A existência de custos para alterações de preços e o baixo impacto de uma decisão de não reajustes sobre a lucratividade explicam ajustes esporádicos e escalonados de preços. Já para salários, a razão é baseada na capacidade de barganha e/ou na estrutura de custos e incentivos nas negociações salariais.¹²

Em um sistema econômico com mercados imperfeitos, as empresas determinam preços e salários de forma descoordenada e com resultados incertos. Nesse cenário, a rigidez existente leva a uma lentidão dos ajustamentos na economia, de forma que choques de oferta e de demanda implicam em flutuações cíclicas, isto é, apresentam efeitos reais sobre produto e emprego. Esses desvios do equilíbrio podem ser substanciais e prolongados no curto prazo, porém, no longo prazo, o processo de ajustamento se completa e a economia retorna ao equilíbrio.

Uma das implicações importantes do modelo é que o ajustamento lento ocorre de forma que os preços são carregados de um período para o outro e, portanto, as empresas formulam suas decisões considerando suas expectativas para os próximos períodos. Logo, uma Curva de Phillips Novo-Keynesiana pode ser escrita como:

¹² *Ibidem*, p. 366-396.

$$\pi_t = \beta_f E_t \pi_{t+1} + \lambda x_t + \varepsilon_t \quad (10)$$

em que π_t é a taxa de inflação corrente; $E_t \pi_{t+1}$ é a esperança corrente da taxa de inflação para o período seguinte; x_t é alguma variável que representa o custo marginal da empresa; e ε_t é um termo de erro.

Esta versão possui pouca aderência empírica devido a sua incapacidade de capturar o fenômeno de inércia inflacionária, comumente verificado nos dados. Para contornar tal problema, a equação (10) pode ser reescrita adicionando um termo defasado, de maneira que o comportamento da inflação passa a ser descrito pela seguinte Curva de Phillips Híbrida:¹³

$$\pi_t = \beta_b \pi_{t-1} + \beta_f E_t \pi_{t+1} + \lambda x_t + \varepsilon_t \quad (11)$$

A expressão relata que a inflação é explicada tanto por flutuações reais da economia, quanto pela inflação passada e pela inflação esperada para o período seguinte. A inclusão da inflação passada implica em persistência inflacionária, isto é, um choque econômico que impacte sobre a inflação se reproduz nos períodos seguintes pelo efeito do termo defasado. Quanto maior o valor de β_b , mais tempo é necessário para que o efeito se dissipe.

Novamente, o problema da inconsistência temporal de uma política monetária se apresenta, assim como a recomendação de uma política monetária comprometida e crível com a estabilidade de preços. Por outro lado, pelo formato assumido pela equação (11), nota-se a importância de uma atuação da autoridade monetária que se atente às expectativas futuras de inflação. A partir dessa observação, surge o arcabouço de condução da política monetária conhecido como regras para inflação, adotado em diversos países do mundo, inclusive o Brasil.¹⁴

¹³ Uma versão microfundamentada da Curva de Phillips Híbrida é apresentada em GALÍ, J.; GERTLER, M. Inflation dynamics: a structural econometric analysis. **Journal of Monetary Economics**, v. 44, n. 2, p. 195-222, 1999.

¹⁴ Para uma análise das características do regime e uma discussão sobre a regra monetária adotada no Brasil, cf. PRADO, P. H. M.; SILVA, C. G. Política monetária e regime de metas para inflação no Brasil: uma análise do período 2004-2014. **Revista de Desenvolvimento e Políticas Públicas**, v. 1, n. 1, p. 17-33, 2017.

1.6 Discussões sobre a Inflação a Nível Municipal

Diversos trabalhos estimam Curvas de Phillips, como as discutidas neste capítulo, para o Brasil.¹⁵ Contudo, as dinâmicas do emprego e da inflação podem ser diferentes entre as diversas regiões de um país, de modo que é uma simplificação considerar uma curva de Phillips única para todo o país. Uma solução, razoavelmente empregada na literatura, é utilizar dados em painel para as diferentes regiões metropolitanas e estimar uma equação única que represente a relação para o país todo.¹⁶

Um texto para discussão do IPEA de 2009 estima a Curva de Phillips com dados em painel para seis regiões metropolitanas brasileiras (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo).¹⁷ O trabalho apontou um coeficiente associado à expectativa de inflação com magnitude muito superior ao associado à inflação passada. Por outro lado, a taxa de desemprego não parece ser um determinante importante mesmo no curto prazo.

Uma interessante etapa do trabalho foi estimar as Curvas de Phillips separadas para cada região metropolitana por Quadrados Mínimos Ordinários (OLS). Os resultados indicam que as conclusões para o Brasil sobre a magnitude dos coeficientes e a relação com desemprego se repetem a nível municipal. A principal mudança nas estimações para as regiões metropolitanas é que a inflação passada deixa de ser estatisticamente significativa para Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e São Paulo.

Realizar estudo semelhante para Uberlândia pode ser um passo importante na discussão sobre a inflação. Entretanto, um obstáculo considerável é imposto pela carência de dados para variáveis reais, tal como a disponibilidade apenas anual para o PIB municipal e a ausência de uma taxa de desemprego. Assim, estimações como as analisadas ficam como sugestão para esforços futuros.

Na falta de variáveis disponíveis para representar o custo marginal das empresas em Uberlândia, uma possibilidade de investigação é mensurar o tamanho da

¹⁵ Um levantamento da literatura empírica acerca da Curva de Phillips para o Brasil é realizado em SACHSIDA, A. Inflação, desemprego e choques cambiais: Uma revisão da literatura sobre a curva de Phillips no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 67, n. 4, p. 549-559, 2013.

¹⁶ E.g. SACHSIDA, A.; MENDONÇA, M. J.; MEDRANO, L. A. **Inflação, desemprego e choques cambiais: Novas evidências para o Brasil**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2011.

¹⁷ SACHSIDA, A. **Reexaminando a curva de Phillips brasileira com dados de seis regiões metropolitanas**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2009.

persistência inflacionária. Para tanto, pode-se estimar modelos econométricos em que a inflação guarda uma relação com defasagens dela mesma, sem o acréscimo de uma variável real. Alguns trabalhos realizam esse tipo de esforço empírico a nível regional,¹⁸ entre eles o estudo de Bruno Ramalho com dados do Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia (IPC-CEPES) para o período entre janeiro de 1999 e dezembro de 2016.¹⁹ A estimação do autor de um modelo *Autoregressive Fractionally-Integrated Moving Average* (ARFIMA) indicou para a existência de estacionariedade, reversão à média de longo prazo e pouca memória longa.

¹⁸ Cf. SILVA, C. G.; VIEIRA, F. V. Persistência inflacionária regional brasileira: uma aplicação dos modelos ARFIMA. **Economia Aplicada**, v. 17, n. 1, p. 115-134, 2013; e BOLETIM REGIONAL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Comportamento regional da persistência inflacionária**, v. 11, n. 2, p. 78-81, Abril, 2017.

¹⁹ RAMALHO, B. **Inércia Inflacionária: O Caso da Cidade de Uberlândia**. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Uberlândia, 2017. O trabalho realiza ainda um levantamento da literatura empírica sobre o tema no Brasil, que pode ser conferido nas páginas 9-12.

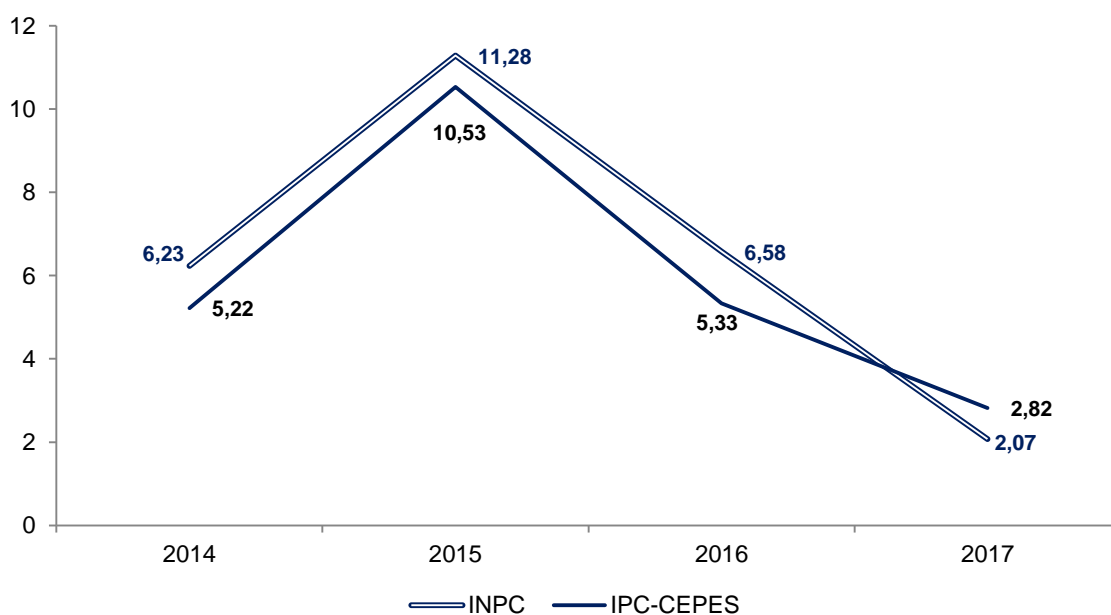
2 ANÁLISE DOS ÍNDICES DE PREÇOS DE BRASIL E DE UBERLÂNDIA NOS DE 2014 A 2017

2.1 Índice de Preços ao Consumidor Nacional (INPC)

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), embora não seja o indicador oficial que mede a inflação do país, é o mais parecido (metodologicamente) com o IPC-CEPES. Em função disso, este capítulo apresenta uma breve análise do comportamento nacional dos preços entre 2014 e 2017 usando esse indicador, a fim de fundamentar o estudo da dinâmica de preços em Uberlândia no período.

O Gráfico 1 apresenta a variação acumulada dos preços no ano, segundo o INPC e o IPC-CEPES, no período em análise. Ao olhar esses dados é possível constatar que a dinâmica local de preços acompanhou a nacional, embora em alguns meses e grupos específicos isso não tenha acontecido. Observa-se um pico de inflação no ano de 2015, tanto em Uberlândia, quanto a nível nacional; e nos anos seguintes um arrefecimento, que chega em 2017 com índices menores do que os verificados em 2014.

Gráfico 1 – Variação anual, segundo o INPC e o IPC-CEPES, no período 2014-2017 (em %)



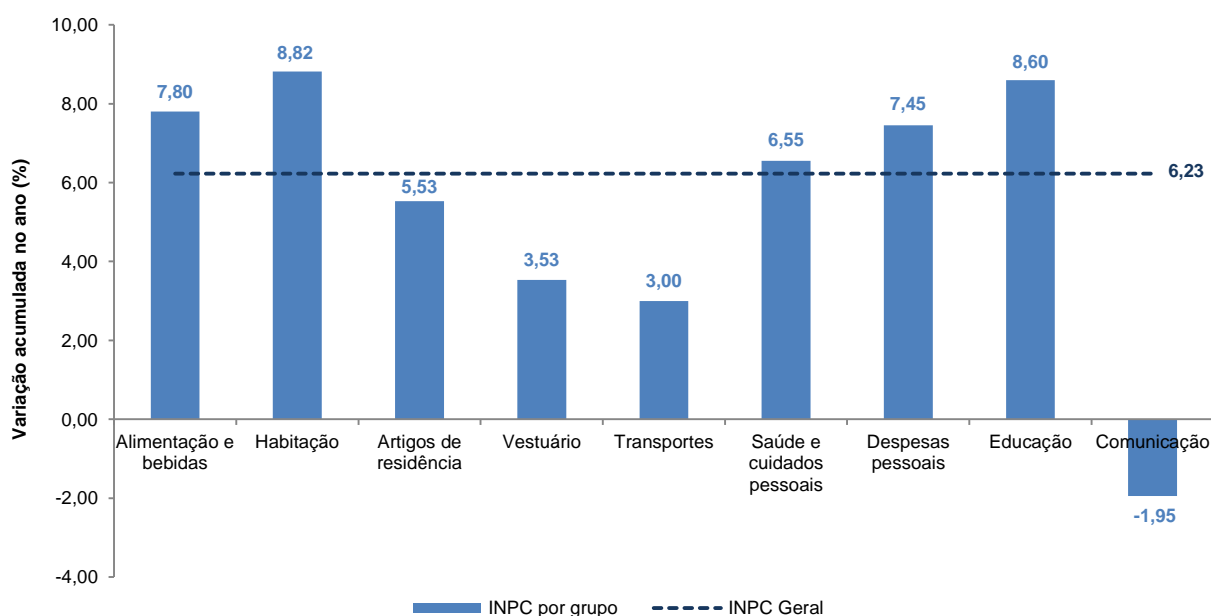
Fonte: para IPC-CEPES: CEPES, Índice de Preços ao Consumidor, 2014-2018. Elaboração CEPES/IERI/UFU.
 Fonte: para INPC: IBGE, Sistema Nacional de Preços ao Consumidor, 2014-2018. Adaptação CEPES/IERI/UFU.

Antes de iniciar o estudo anual dos preços, é importante destacar alguns comportamentos ao longo do período em estudo. O grupo Habitação foi o que apresentou maior variação acumulada nos anos 2014 e 2015 (8,82% e 18,22%, respectivamente), mas em 2016 seus preços sofreram forte desaceleração, fechando o ano com aumento médio de 2,76%. Em 2017, os preços desse grupo voltaram a crescer de forma significativa, apresentando a segunda maior variação acumulada do ano (6,35%).

Outro destaque é o grupo Alimentação e bebidas, cujos preços oscilaram bastante ao longo do período, porém mais subiram do que diminuíram até o final de 2016. A partir de 2017 a dinâmica se inverte e o grupo termina o ano com uma variação acumulada de (-2,7%).

Em 2014, o INPC ficou um pouco abaixo da inflação nacional, medida pelo IPCA (6,23% contra 6,41%, respectivamente). Como dito anteriormente, o grupo Habitação foi o que apresentou maior variação acumulada (8,82%), seguido do grupo Educação (8,6%); Alimentação e bebidas (7,8%) e Despesas pessoais (7,45%). O Gráfico 2 mostra que o grupo Comunicação foi o único que apresentou variação acumulada negativa, pois fechou 2014 com índice de -1,95%.

Gráfico 2 – INPC: variação acumulada no ano 2014 (em %)



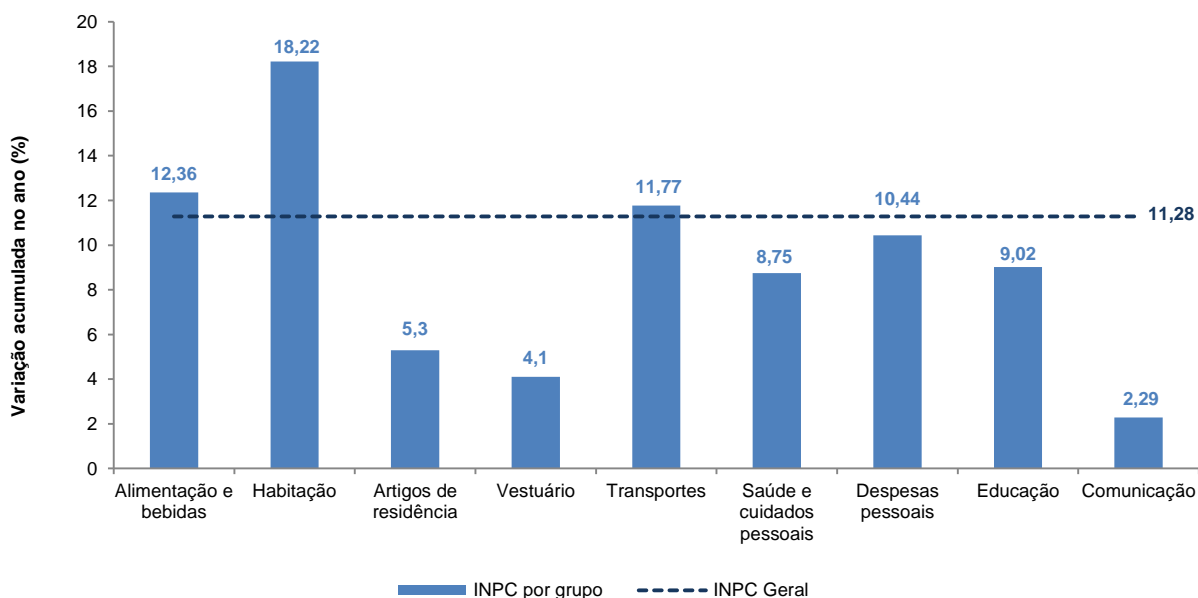
Fonte: Sistema Nacional de Preços ao Consumidor, 2014. Adaptação CEPES/IERI/UFU.

Com relação ao grupo Habitação, o subgrupo que mais subiu foi Combustíveis e energia, cujos preços aumentaram, em média, 12,87%, sendo que a energia elétrica residencial apresentou um acumulado de 17,22% nesse ano. Em Educação, as maiores variações foram dos Cursos regulares, cujos valores aumentaram, em média, 9%. Dentro do grupo Alimentação e bebidas, destaca-se o aumento das carnes, cujo aumento médio anual foi de 22,72%.

Comunicação foi o único grupo que fechou o ano de 2014 com deflação e os principais responsáveis foram as reduções de preços de aparelhos telefônicos (-8,9%) e telefone fixo (-6,25%).

O ano de 2015 foi o ano com a maior taxa de inflação anual do período (IPCA = 10,67%) e o INPC também registrou sua maior variação anual nesse ano (11,28%), quando todos os grupos apresentaram aumento de preços. A maior variação acumulada no ano foi novamente do grupo Habitação (18,22%), seguido de Alimentação e bebidas (12,36%) e Transportes (11,77%).

Gráfico 3 – INPC: variação acumulada no ano 2015 (em %)



Fonte: Sistema Nacional de Preços ao Consumidor, 2015. Adaptação CEPES/IERI/UFU.

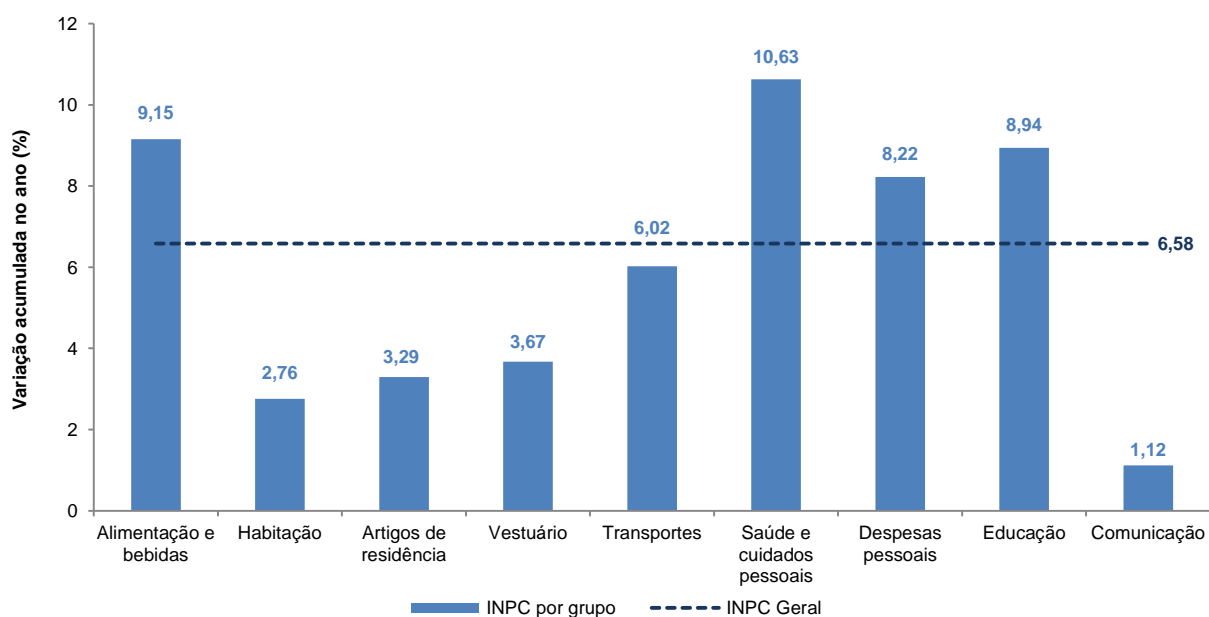
Dentro do grupo Habitação, o subgrupo Combustíveis e energia foi o que apresentou maior índice (39,69%), sendo que a energia elétrica residencial teve aumento médio de preços de 49% nesse ano.

No grupo Alimentação e bebidas, o maior índice foi do item Tubérculos, raízes e legumes (40%), com destaque para o aumento médio dos preços da cebola (60%); Inhame (60%); alho (53%) e tomate (46%), produtos que fazem parte da alimentação básica da maioria dos brasileiros.

Os preços do grupo Comunicação voltaram a subir, embora que modestamente, fechando o ano de 2015 com variação média anual de 2,29%. Os preços do grupo Vestuário também apresentaram aumento relativamente modesto, se comparado aos demais grupos, com variação anual de 4,1%.

O ano de 2016 mostra que os preços da economia nacional continuaram subindo, porém em ritmo menor que em 2015. A inflação nacional, medida pelo IPCA, foi de 6,29%, sendo que o INPC fechou 2016 em 6,58%. Ao contrário da trajetória verificada desde 2014, em 2016 o grupo Habitação sofre forte desaceleração, apresentando a segunda menor variação acumulada do ano (2,76%), um pouco maior que a do grupo Comunicação, que continuou sendo o grupo com menor aumento médio de preços (1,12%). A redução média de preços em 10% da energia elétrica residencial e a variação anual média de -7,35% dos preços do carvão vegetal explicam boa parte da redução do índice anual do grupo Habitação.

Gráfico 4 – INPC: variação acumulada no ano 2016 (em %)



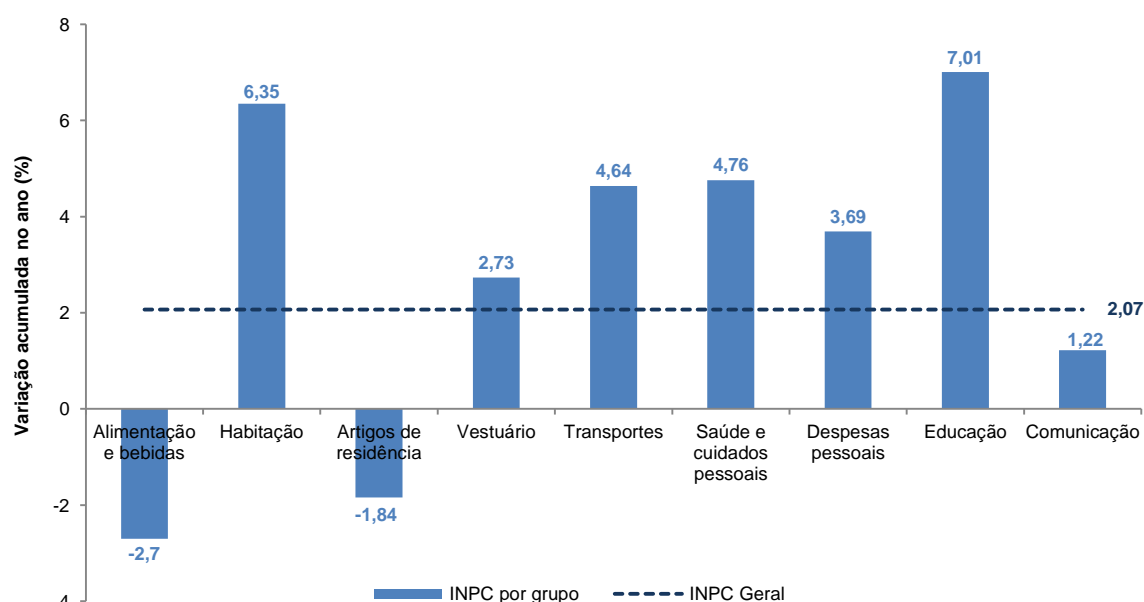
Fonte: Sistema Nacional de Preços ao Consumidor, 2016. Adaptação CEPES/IERI/UFU.

Já os grupos Saúde e cuidados pessoais e Alimentação e bebidas foram os que apresentaram maiores aumentos de preços no ano 2016. No primeiro, destacam-se os aumentos de preços dos produtos farmacêuticos, que subiram, em média, 13% no ano 2016. Já no grupo Alimentação e bebidas, o maior índice foi do item Cereais, leguminosas e oleaginosas (31,64%), com destaque para o aumento médio dos preços do “feijão mulatinho”, que fechou o ano com variação de 101,8%.

A dinâmica dos preços em 2017 apontou uma forte desaceleração da economia brasileira. A inflação nacional foi de 2,95%, segundo o IPCA, e de 2,07%, segundo o INPC. Ambos os índices ficaram bem abaixo da meta inflacionária de 4,25% estabelecida pelo Banco Central para esse ano.

O grupo Alimentação e bebidas, que vinha desde 2014 apresentando aumentos de preços, em 2017 fechou o ano com deflação de 2,7%. Outro grupo que apresentou deflação foi Artigos de residência, cujos preços tiveram redução média de -1,84% nesse ano. O item que sofreu maiores reduções de preços foi Cereais, leguminosas e oleaginosas (-24,6%), especialmente o feijão, que tinha aumentado significativamente no ano anterior.

Gráfico 5 – INPC: variação acumulada no ano 2017 (em %)



Fonte: Sistema Nacional de Preços ao Consumidor, 2017. Adaptação CEPES/IERI/UFU.

Os preços do grupo Habitação voltaram a subir mais aceleradamente, ficando com um índice anual de 6,35%, segundo maior do ano 2017. O item Combustíveis

domésticos foi o que teve maior índice dentro do grupo (15,38%), impulsionado principalmente pela alta dos preços de “gás de botijão”, de aproximadamente 16%.

O maior índice do ano 2017 foi do grupo Educação (7%), sendo o item Cursos regulares o principal responsável pelo aumento desse índice. Enquanto os preços das “creches” aumentaram em média 12%, os valores dos cursos da educação infantil, fundamental e ensino médio cresceram em torno de 10% em 2017.

2.2 Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia (IPC-CEPES)

A presente seção apresenta uma análise do Índice de Preço ao Consumidor de Uberlândia (IPC-CEPES) nos anos de 2014 a 2017, com o objetivo de verificar se a dinâmica de preços em Uberlândia tem uma tendência similar à verificada no Brasil.

Na Tabela 1 observam-se as variações anuais do IPC-CEPES nos anos de 2014 a 2017 e o impacto de cada grupo que compõe a estrutura do índice nos anos mencionados. Considerando o índice geral e os anos analisados neste estudo, a maior variação anual registrada foi em 2015 quando o IPC-CEPES situou-se em 10,53%, enquanto que no ano de 2017 registrou-se a menor variação (2,82%).

Nos dois primeiros anos analisados, o grupo Habitação apresentou o maior impacto no IPC-CEPES, sendo seguido pelo grupo Alimentação e bebidas. Já no ano de 2016, o grupo Alimentação e bebidas liderou o ranking dos impactos sendo seguido pelo grupo Saúde e cuidados pessoais. E, em 2017, o maior impacto foi registrado em Transportes; e em seguida, pelo grupo Habitação.

Tabela 1 – Variação Anual e Impacto dos Grupos do IPC-CEPES (2014-2017)

	Variação (%)				Impacto (p.p.)				Ranking dos Impactos			
	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017
IPC-CEPES	5,22	10,53	5,33	2,82	5,22	10,53	5,33	2,82	-	-	-	-
1 - Alimentação e bebidas	4,31	9,89	8,66	-1,57	1,31	3,02	2,23	-0,40	2º	2º	1º	9º
2 - Habitação	7,44	19,81	-1,53	5,80	1,48	3,93	-0,27	1,00	1º	1º	9º	2º
3 - Artigos de residência	3,14	7,30	9,95	-4,81	0,23	0,53	0,67	-0,33	6º	5º	4º	8º
4 - Vestuário	1,42	2,41	2,46	-0,04	0,08	0,14	0,17	0,00	8º	8º	7º	7º
5 - Transportes	4,67	9,37	4,57	7,91	0,79	1,58	0,88	1,52	3º	3º	3º	1º
6 - Saúde e cuidados pessoais	5,96	8,22	8,99	7,37	0,54	0,74	0,90	0,77	5º	4º	2º	3º
7 - Despesas pessoais	9,71	5,14	8,98	1,50	0,60	0,32	0,61	0,10	4º	6º	5º	5º
8 - Educação	6,08	8,33	8,71	5,49	0,16	0,22	0,21	0,14	7º	7º	6º	4º
9 - Comunicação	1,3	2,72	0,91	1,38	0,02	0,05	0,04	0,07	9º	9º	8º	6º

Fonte: CEPES, Índice de Preços ao Consumidor, 2014-2017. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Assim, como visto na análise do INPC, os gastos com Habitação (com variação de 7,44%) também liderou o ranking dos impactos no ano de 2014 no IPC-CEPES.

Os principais gastos que contribuíram para a alta da variação nesse grupo foram os de Energia elétrica residencial, cujas contas subiram 10,80%, em média. Esse aumento das contas de energias se deve à ampliação de custos em 2014, sendo que o principal foi o gasto com a compra de energia por parte da CEMIG, diante da utilização das usinas termoelétricas desde 2013. “O aumento dos custos com compra de energia foi de R\$ 679 milhões quando comparamos 2014 com 2013. Somente esse componente é responsável por 7,80% do reajuste”.²⁰ Além disso, as contas foram impactadas com os reajustes de componentes financeiros, de distribuição, de encargos e de transportes.

O grupo Alimentação e bebidas apresentou o segundo maior impacto no IPC-CEPES de 2014, de 1,31 pontos percentuais (p.p.) e variação anual de 4,31%. Este crescimento dos preços ocorreu mesmo diante da elevação da safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas, uma vez que em 2014, essa safra totalizou 192,8 milhões de toneladas, superior 2,4% à obtida em 2013 (188,2 milhões de toneladas).²¹

No grupo Alimentação e bebidas, considerando somente os alimentos adquiridos para consumo no domicílio, a alta foi de 3,12%, destaque para os itens que ficaram mais caros: Carnes (17,92%) e Hortaliças e verduras (10,88%). Resultado similar ao apresentado pelo grupo Alimentação e bebidas do INPC, cujo destaque foi para o aumento da variação do Item Carnes (de 22,72%). Sobre os alimentos consumidos fora do domicílio, a variação anual foi de 11,01%.

Destaca-se que mesmo com a ampliação do efetivo de rebanhos (bovinos e suínos) em 2014, os custos operacional efetivo e operacional total aumentaram neste ano, contribuindo para a alta do índice do produto Carnes.

Esses dois grupos, Alimentação e Habitação, representam os maiores pesos no orçamento das famílias, totalizando uma participação de 50,33%.

No ano de 2014, as Despesas pessoais foram as que mais aumentaram, superando em 9% o que se gastava no ano anterior; este grupo gerou o quarto maior

²⁰ Ver CEMIG. **Aneel define reajuste das tarifas da Cemig. 2014**. Disponível em: <https://www.cemig.com.br/sites/Imprensa/pt-br/Paginas/reajuste_tarifario.aspx>. Acesso em: maio de 2018.

²¹ BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Levantamento sistemático da produção agrícola**. 2014.

impacto no índice geral, de 0,60 p.p., e neste grupo sobressai o aumento de gastos com itens de Serviços pessoais (com variação anual de 14,72%).

O grupo Transportes, terceiro maior peso no orçamento familiar (16,90%) e terceiro maior impacto no IPC-CEPES em 2014, apresentou uma variação de 4,67%, sendo influenciada, principalmente, pela variação dos preços das tarifas do transporte público.

As menores variações em 2014 foram registradas nos grupos Comunicação e Vestuário que tiveram uma variação anual abaixo de 2%. No Vestuário, o item Calçados e acessórios contribuiu para o baixo aumento do índice do grupo, uma vez que este item registrou uma variação de -1,49%.

Em 2015, o IPC-CEPES apresentou a maior taxa, considerando os anos analisados, tendo uma dinâmica semelhante à apresentada pela inflação nacional. Como mencionado, neste ano de 2015 o INPC registrou a maior variação anual dentre o período selecionado.

Portanto, o consumidor uberlandense pagou mais caro por todos os grupos de produtos e serviços, com exceção das Despesas pessoais; e os principais destaques com as maiores variações anuais foram para os grupos Alimentação e bebidas e Habitação. Mais uma vez, resultado semelhante ao verificado na esfera nacional, uma vez que o grupo Habitação teve uma variação de 18,22% e Alimentação e bebidas de 12,36%, os maiores valores registrados dentre os grupos que compõem o INPC.

Já no IPC-CEPES, os gastos relativos à Habitação subiram 19,81%, apresentando o maior impacto no índice geral (Tabela 1). Dentre os itens que compõem o grupo Habitação, assim como identificado na análise do INPC, a Energia elétrica residencial (43%) foi o principal item a contribuir para a alta taxa anual do grupo, sendo seguido pelo item Combustíveis (domésticos) (19%).

Mais uma vez, a elevação dos custos (de distribuição, da energia comprada e de encargos) da empresa contribuiu para o alto reajuste das contas de energia elétrica em 2015. Já o aumento da variação de Combustíveis (domésticos) refere-se à ampliação do preço do gás engarrafado em botijões de 13 quilos cobrado dos distribuidores, realizado pela Petrobrás, sendo que este aumento não acontecia desde 2002.

O segundo maior impacto no IPC-CEPES em 2015 foi do grupo Alimentação e bebidas, cuja variação anual foi de 9,89%. Os alimentos adquiridos para consumo em

casa tiveram uma alta de 9,89%, enquanto que os produtos consumidos fora de casa registraram uma variação de 8,88%.

A respeito dos itens da alimentação no domicílio, excetuando apenas o item Alimentos prontos, os demais itens tiveram uma variação anual positiva, cujas maiores variações foram verificadas nos itens: Tubérculos, raízes e legumes (18,90%), Açúcares e derivados (18,40%), Cereais, leguminosas e oleaginosas (18,31%). Em 2015, houve recorde de produção da safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas.²² Mas isto não contribuiu para conter a alta do índice desses produtos, uma vez que na safra de 2015/2016 houve aumentos de custos operacionais, além da forte valorização cambial, dos reajustes da mão de obra e da alta de juros de custeio, dos combustíveis e da energia elétrica registrados no final da temporada 2014/2015.²³ Logo, ocorreu uma ampliação dos gastos dos produtos, influenciando a alta dos produtos alimentícios.

Nos Transportes, grupo com o terceiro maior impacto, o resultado do ano foi influenciado pela alta dos preços dos combustíveis, que fecharam o ano de 2015 com uma variação de 21,74%. Vale ressaltar que, no período de 2011 a 2014, os preços dos combustíveis permaneceram razoavelmente estáveis devido a interesses políticos (inclusive controle inflacionário). Esse represamento é revertido nos anos seguintes, verificando assim, alta nos preços de combustíveis.²⁴

Quanto às menores variações no IPC-CEPES em 2015, os resultados foram semelhantes ao cenário nacional. Ou seja, Vestuário (2,41%) e Comunicação (2,72%) apresentaram as variações mais baixas.

Contudo, vale registrar que estes grupos no IPC-CEPES apresentaram uma aceleração na variação anual, comparando o resultado de 2015 com o de 2014. Em outras palavras, Vestuário e Comunicação apresentaram as menores variações de 2015, porém tais resultados foram superiores ao do ano anterior. Enquanto que o grupo Despesas Pessoais, além de ter uma das menores variações de 2015, apresentou uma tendência de desaceleração da variação anual, uma vez que em 2014 a taxa registrada foi de 9,71%.

²² Idem. **Levantamento sistemático da produção agrícola**. 2016.

²³ CEPEA. **Custos de produção agrícola**. 2015. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/revista/pdf/0002109001468869744.pdf>>. Acesso em: maio de 2018.

²⁴ Para uma análise mais detalhada da flutuação dos preços dos combustíveis em Uberlândia, cf. CEPES. **Evolução dos Preços dos Combustíveis em Uberlândia no Período 2005-2018**. Nota Informativa CEPES – 01/2018, jun. 2018.

O IPC-CEPES de 2016 foi de 5,33%, um valor bem abaixo do registrado em 2015, distanciando-se em 5,20 p.p.. Neste ano, o índice foi influenciado, especialmente, pelos gastos com produtos do grupo Alimentação e bebidas, com alta de 8,66% e impacto de 2,23 p.p., e pelas despesas de Saúde e cuidados pessoais, com variação anual de 8,99% e impacto de 0,90 p.p.. Salienta-se que neste ano o IPC-CEPES também apresentou uma dinâmica similar à dinâmica nacional, visto que esses dois grupos foram os que apresentaram as maiores variação no INPC.

Em 2016 a produção agrícola foi inferior àquela registrada no ano anterior, justificando os alimentos terem ficado mais caros em 2016 em relação a 2015.²⁵

Considerando os alimentos adquiridos para consumo em casa, a maior participação registrada na composição do índice do grupo foi do item Cereais, leguminosas e oleaginosas, com um impacto de 1,11 p.p. e variação acumulada de 18,75%. Neste item estão os principais produtos que compõem a alimentação típica da população brasileira – arroz e feijão – e que tiveram aumentos expressivos em 2016. O feijão-carioca apresentou uma variação anual de 34,37%; e o Arroz, com um acumulado de 12,28%. Por outro lado, as menores variações foram apresentadas pelo Tomate (-54,69%), Cebola (-48,37%), Batata-inglesa (-39,93%) e Cenoura (-33,27%), subitens que compõem o item Tubérculos, raízes e legumes.

Além disso, em 2016, a elevação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de diversas bebidas pressionou a variação acumulada de produtos de bebidas e infusões, contribuindo para uma alta da variação acumulada do grupo 1.

O grupo Saúde e cuidados pessoais registrou uma variação anual de 8,99%, cuja variação foi influenciada pelas altas com gastos de Serviços laboratoriais e hospitalares (19,07%), além das mensalidades do Plano de saúde (13,56%) e a alta dos preços de Produtos farmacêuticos (5,82%). Ressalta-se que no ano de 2016, a Agência Nacional de Saúde (ANS) concedeu um reajuste de 13,57% para os planos de saúdes, enquanto que para os remédios o reajuste autorizado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) foi de 12,50%.

Ressalta-se o impacto de 0,88 p.p. do grupo Transportes no índice geral, que deteve no ano um peso de 19,16% no IPC-CEPES. Neste grupo, o item Transporte público (6,42%) apresentou a maior taxa acumulada do ano, sendo seguido pelo item

²⁵ BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Levantamento sistemático da produção agrícola**. 2017a.

Veículo próprio teve uma variação acumulada de 3,69%. Por fim, o item Combustíveis fechou o ano com uma variação de 4,12%, sendo que o Óleo diesel apresentou uma variação de 6,14% e Gasolina de 4,39%.

Assim como registrado no INPC, o grupo que contribuiu para conter a alta da taxa do IPC-CEPES no ano de 2016 foi o grupo Habitação. O índice anual desse grupo foi de -1,53%, com um impacto no IPC-CEPES de -0,27 p.p.. Essa baixa variação advém do item Energia elétrica residencial e o consumidor de Uberlândia pagou 6,18% a menos nas contas de energia, gerando um impacto de -0,51 p.p..

Também contribuíram para conter a alta do IPC-CEPES em 2016, os grupos Comunicação (0,91% e impacto de 0,04 p.p.) e Vestuário (2,46% e impacto de 0,17 p.p.).

No último ano analisado neste estudo, o IPC-CEPES de 2017 foi de 2,82%, 2,51 p.p. abaixo dos 5,33% registrados em 2016. Os maiores impactos registrados foram nos grupos Transportes, Habitação e Saúde e Cuidados pessoais. Enquanto que os grupos Artigos de residência e Alimentação e bebidas contribuíram para a baixa do índice, uma vez que estes grupos fecharam o ano com variações negativas e impactos de -0,33 p.p. e -0,40 p.p. no IPC-CEPES, respectivamente.

Em 2017, o grupo Transportes apresentou uma taxa acumulada de 7,91%, cuja variação foi, especialmente, influenciada pelos preços dos Combustíveis (15,93%). Esse resultado teve influência das variações positivas dos subitens: Gasolina (16,10% e impacto de 3,05 p.p.), Óleo diesel (11,7% e impacto 0,08 p.p.) e Etanol (7,7% e impacto de 0,08 p.p.). Ressalta-se que desde 2016 os preços dos combustíveis passaram a ser definidos pelo Grupo Executivo de Mercado e Preços (GEMP) que definem os valores dos combustíveis nas refinarias, seguindo a nova política de preços de diesel e gasolina. Além disso, desde julho de 2017, está em vigor “a política de preços da Petrobrás que permite que a área técnica de marketing e comercialização reajuste, na refinaria, os preços dos combustíveis, visando acompanhar a taxa de câmbio e as cotações internacionais de petróleo e derivados”.²⁶

Já em Habitação, assim como analisado no INPC, o destaque ficou para o item Combustíveis (domésticos), cuja variação acumulada foi de 22,97% no ano e impacto de 2,29 p.p. no índice do grupo. Nesse item, o Gás de Botijão contribuiu para a alta

²⁶ BRASIL. Petrobras. **Revisão da política de preços de diesel e gasolina**. 2017. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/revisao-da-politica-de-precos-de-diesel-e-gasolina.htm>>. Acesso em: maio de 2018.

variação desse grupo, sendo que o Gás de Botijão registrou uma variação acumulada no ano de 22,97%. Destaca-se que o reajuste autorizado do Gás de botijão, nas refinarias, foi de 84,31% no período de março/2017 a dezembro/2017.

Ademais, os subitens Aluguel Residencial (7,65% e 1,58 p.p.) e Energia Elétrica Residencial (2,09% e 0,51 p.p.), importantes na despesa das famílias de Uberlândia, influíram expressivamente o índice do grupo Habitação. Ao que se refere à variação de preço da Energia Elétrica Residencial em 2017, cabe mencionar que neste ano entraram em vigor as bandeiras tarifárias, que passaram a compor o preço das contas de energia elétrica. Além disso, em abril de 2017 houve “o desconto, de até 19,50%, por decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), de modo a compensar os consumidores pela cobrança indevida, em 2016, do chamado Encargo de Energia de Reserva (EER)” (BRASIL, 2017).

No grupo Saúde e cuidados pessoais (7,37%), a alta foi impulsionada pelas variações registradas nos seguintes itens: Produtos farmacêuticos (14,19%); Plano de saúde (13,5%); e Serviços médicos e dentários (5,58%).

O grupo Alimentação e bebidas, que nos anos de 2014 a 2016 havia apresentado um dos maiores impactos no IPC-CEPES, no ano de 2017 o impacto foi o menor registrado, contribuindo para um baixo valor acumulado no ano. Em 2017, o Brasil registrou um aumento da safra de Cereais, leguminosas e oleaginosas em comparação a 2016.

Considerando os itens que compõem o grupo Alimentação e bebidas, os maiores impactos na composição do índice desse grupo no ano de 2017 foram registrados nos seguintes itens: Cereais, leguminosas e oleaginosas (-18,54%) e Açúcares e derivados (-14,35%).

Destaca-se que diversos subitens que tinham registrado aumentos expressivos no ano de 2016, como o Feijão-Carioca, que teve uma variação acumulada em 2016 de 34,37%, registrou em 2017 uma variação acumulada de -44,12%; e o Arroz, que havia apresentado um acumulado anual de 12,28% em 2016, também registrou em 2017 uma variação acumulada anual negativa de -6,94%.

O grupo Artigos de residência, que vinha apresentando aceleração nos anos de 2014 a 2016, apresentou uma desaceleração de 2016 para 2017, registrando uma variação anual negativa; cuja variação foi influenciada pela variação do item Mobiliário (-8,74%) e do item Som, Imagem e informática (-5,38%). O setor moveleiro apresentou

no ano de 2017 uma expansão na produção, no emprego e na produtividade, contudo, registrou-se uma queda no volume de vendas de móveis, recuando 2,1% (IEMI, 2018).

Ademais, o grupo Vestuário, mais uma vez, foi um dos grupos que apresentou um dos menores impactos no IPC-CEPES. Em 2017, o impacto foi de -0,003p.p., com uma variação anual de -0,04%. Para esse grupo cabe destacar as variações acumuladas dos itens: Calçados e acessórios (-12,35%) e Joias e bijuterias (-17,79%).

Em geral, a retração dos gastos com vestuário e calçados deve-se a queda dos preços de produtos devido às mudanças de estações da moda, diante de lançamento e promoção de peças; e principalmente, a baixa demanda do consumidor, devido à elevação do desemprego²⁷ e alta inflação (IPC-CEPES) verificada em 2015 e 2016. Assim, as famílias podem ter optado em consumir os produtos essenciais, abdicando de algumas despesas. No Brasil houve uma queda nas vendas de roupas no varejo em torno de 11% (de 2014 a 2016), enquanto no setor calçadista a queda das vendas foi de 13%.²⁸

²⁷ Com base nos dados da PNAD Contínua do IBGE, a taxa de desocupação no Brasil no período selecionado é: em 2014 de 6,8%, em 2015 de 8,5%, em 2016 de 11,5% e em 2017 de 12,7%.

²⁸ IEMI. **Comportamento de compra do consumidor de vestuário na crise. Ofertas e marcas são atrativos.** 2017. Disponível em: <<http://www.iemi.com.br/comportamento-de-compra-do-consumidor-de-vestuario-na-crise-ofertas-e-marcas-sao-atrativos/>>. Acesso em: maio de 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou realizar uma discussão sobre os índices de preços ao consumidor no Brasil e em Uberlândia nos últimos quatro anos, apresentando algumas das perspectivas teóricas acerca da temática de inflação.

Considerado os dados e as análises realizadas, as evidências são de que Uberlândia apresenta uma trajetória inflacionária similar à inflação nacional (INPC); em muitas ocasiões os grupos que contribuíram para a alta/baixa da variação no IPC-CEPES foram os mesmos grupos que tiveram os impactos mais expressivos no INPC.

A Tabela 2 compara o ranking de impactos dos grupos que compõem o IPC-CEPES, o INPC e o IPCA. Por meio dela é possível verificar que os grupos que ocupam as três primeiras posições do IPC-CEPES, em quase todos os anos, são os mesmos que ocupam as primeiras posições do INPC. Deste modo, em todos os anos analisados, a formação do ranking de impactos é semelhante.

Tabela 2 – Comparação do Ranking dos Impactos dos Grupos do IPC-CEPES e INPC (2014-2017)

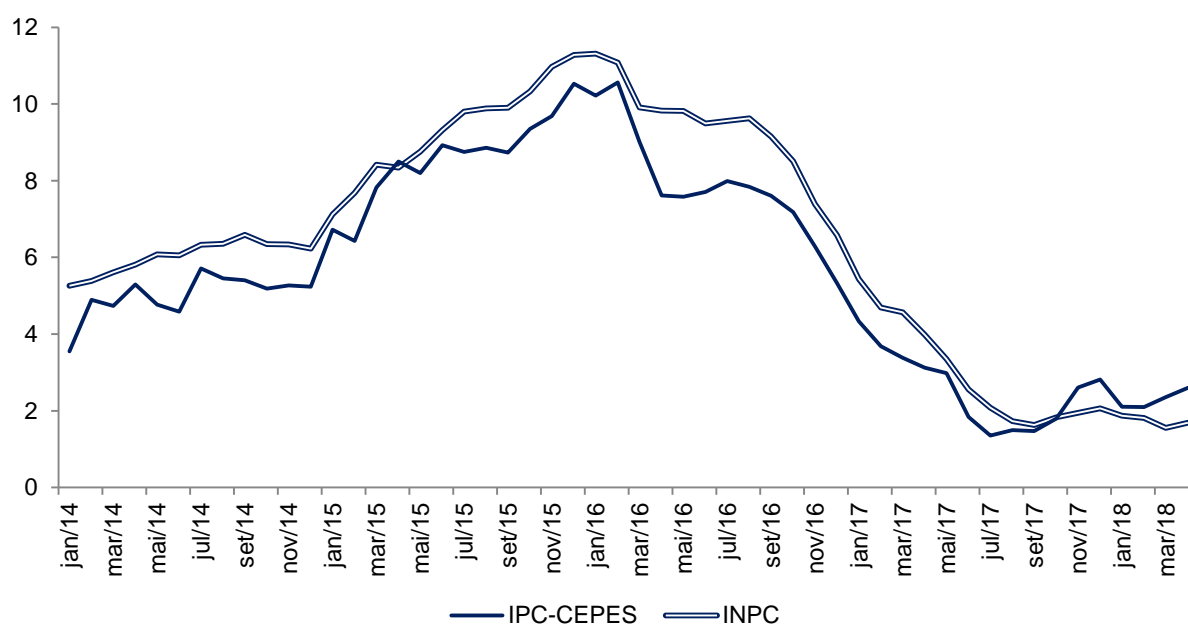
Posição	2014		2015	
	IPC-CEPES	INPC	IPC-CEPES	INPC
1º	2 - Habitação	1 - Alimentação e bebidas	2 - Habitação	1 - Alimentação e bebidas
2º	1 - Alimentação e bebidas	2 - Habitação	1 - Alimentação e bebidas	2 - Habitação
3º	5 - Transportes	6 - Saúde e cuidados pessoais	5 - Transportes	5 - Transportes
4º	7 - Despesas pessoais	7 - Despesas pessoais	6 - Saúde e cuidados pessoais	6 - Saúde e cuidados pessoais
5º	6 - Saúde e cuidados pessoais	5 - Transportes	3 - Artigos de residência	7 - Despesas pessoais
6º	3 - Artigos de residência	3 - Artigos de residência	7 - Despesas pessoais	4 - Vestuário
7º	8 - Educação	4 - Vestuário	8 - Educação	3 - Artigos de residência
8º	4 - Vestuário	8 - Educação	4 - Vestuário	8 - Educação
9º	9 - Comunicação	9 - Comunicação	9 - Comunicação	9 - Comunicação
Posição	2016		2017	
	IPC-CEPES	INPC	IPC-CEPES	INPC
1º	1 - Alimentação e bebidas	1 - Alimentação e bebidas	5 - Transportes	2 - Habitação
2º	6 - Saúde e cuidados pessoais	6 - Saúde e cuidados pessoais	2 - Habitação	5 - Transportes
3º	5 - Transportes	5 - Transportes	6 - Saúde e cuidados pessoais	6 - Saúde e cuidados pessoais
4º	3 - Artigos de residência	7 - Despesas pessoais	8 - Educação	7 - Despesas pessoais
5º	7 - Despesas pessoais	2 - Habitação	7 - Despesas pessoais	8 - Educação
6º	8 - Educação	4 - Vestuário	9 - Comunicação	4 - Vestuário
7º	4 - Vestuário	8 - Educação	4 - Vestuário	9 - Comunicação
8º	9 - Comunicação	3 - Artigos de residência	3 - Artigos de residência	3 - Artigos de residência
9º	2 - Habitação	9 - Comunicação	1 - Alimentação e bebidas	1 - Alimentação e bebidas

Fonte: CEPES, Índice de Preços ao Consumidor, 2014-2017. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Destaca-se que com exceção do ano de 2017, o grupo Alimentação e bebidas foi um dos grupos que apresentou um dos maiores impactos, tanto no IPC-CEPES quanto no INPC. Situação semelhante foi apresentada pela Habitação que só não foi um dos maiores impactos em ambos os índices no ano de 2016.

Assim, a dinâmica apresentada pelo IPC-CEPES e pelo INPC pode ser considerada semelhante. A trajetória dos índices é apresentada no Gráfico 6, que mostra as variações acumuladas em 12 meses entre 2014-2018. Observa-se que a evolução de preços de Uberlândia não está descolada da evolução nacional, na maioria dos momentos o IPC-CEPES esteve abaixo do INPC e os movimentos (oscilações) de aumento e de queda dos índices aconteceram em momentos similares.

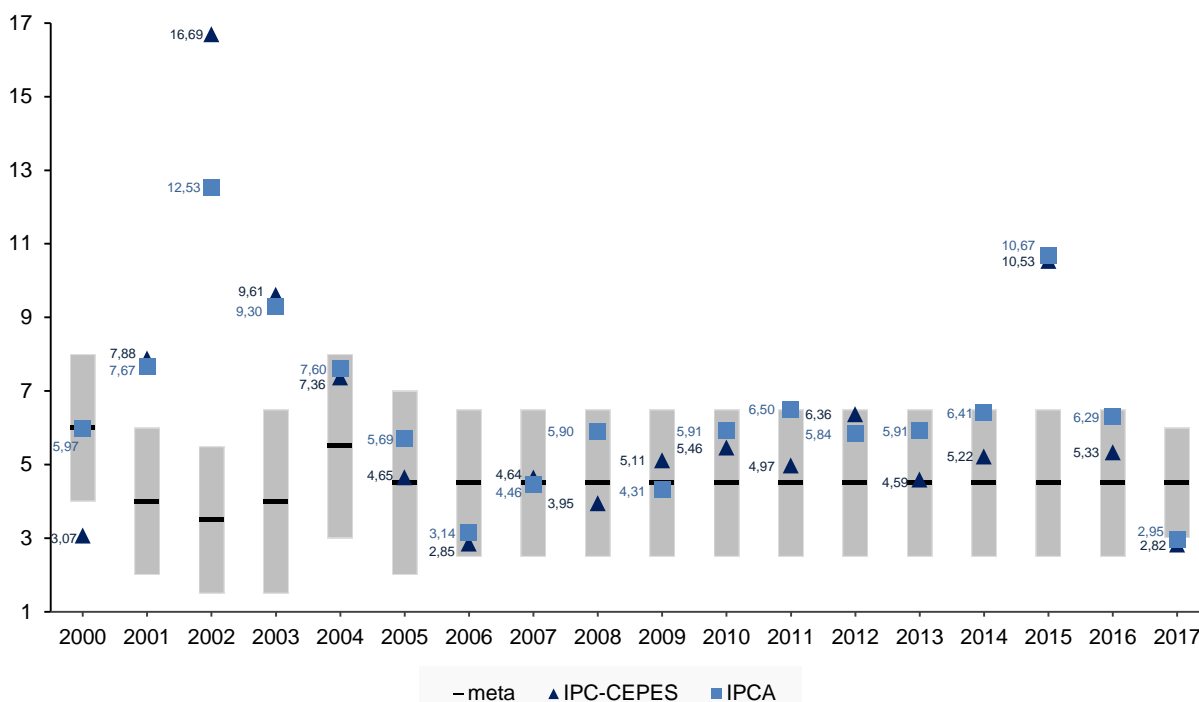
Gráfico 6 – IPC-CEPES e INPC: Variação acumulada em 12 meses no período jan/2014-abr/2018 (em %)



Fonte: para IPC-CEPES: CEPES, Índice de Preços ao Consumidor, 2014-2018. Elaboração CEPES/IERI/UFU. Fonte: para INPC e IPCA: IBGE, Sistema Nacional de Preços ao Consumidor, 2014-2018. Adaptação CEPES/IERI/UFU.

Desde julho de 1999 o Brasil adota o regime de metas para inflação como regime monetário, definindo uma meta central do índice inflacionário com um intervalo de tolerância. Logo, o presente este estudo se encerra analisando a evolução da inflação nacional e de Uberlândia contrapondo com as metas inflacionárias (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Metas para inflação, intervalos de tolerância, IPCA e IPC-CEPES, em 2000-2017 (em %)



Fonte: para IPC-CEPES: CEPES, Índice de Preços ao Consumidor, 2014-2018. Elaboração CEPES/IERI/UFU. Fonte: para IPCA: IBGE, Sistema Nacional de Preços ao Consumidor, 2014-2018. Adaptação CEPES/IERI/UFU. Fonte: informações dos valores das metas: Banco Central do Brasil, 2018.

Por meio do Gráfico 7,²⁹ observa-se que na maioria dos anos, tanto o IPC-CEPES quanto o IPCA ficaram acima da meta para inflação. No período representado no gráfico, em quatro anos (2001, 2002, 2003 e 2015) o IPC-CEPES ficou acima da meta e fora do intervalo de tolerância, mesma situação foi apresentada pelo IPCA nos anos 2001, 2002, 2003, 2011, 2014, 2015 e 2016. Na situação oposta, ou seja, índice abaixo da meta e fora do intervalo, em dois anos (2000 e 2017) o IPC-CEPES esteve nesta situação, enquanto o IPCA apresentou este resultado apenas no ano de 2017. Os momentos em que o IPC-CEPES ficou mais próximo da meta para inflação foram nos anos 2005, 2007, 2011 e 2013.

Por fim, reafirma-se que o comportamento dos preços do município de Uberlândia (IPC-CEPES) apresenta uma dinâmica afim com a dinâmica registrada de preços do Brasil, a partir da análise do INPC.

²⁹ Neste caso, optou-se por utilizar o IPCA por ser o índice oficial de inflação nacional.